

Campos apóia plano para desindexação do salário

**Da sucursal do
RIO**

O ex-ministro do Planejamento, senador Roberto Campos, apoiou as propostas defendidas ontem, no Rio, pelo presidente do Banco Central, Carlos Langoni, para a recuperação da economia brasileira mediante a adoção de medidas drásticas de controle da revisão da política salarial, onde predomina a eliminação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) dos reajustes salariais.

Roberto Campos foi mais incisivo na defesa das propostas ao afirmar que os salários representam 60% dos dispêndios nacionais, e "ainda que pressionássemos os outros 40% não teríamos sucesso total contra a inflação". O senador do PDS também considerou "ineficiente" o acordo PTB-PDS que resultou em novo "pacote" de medidas governamentais na área trabalhista, inclusive, no decreto já assinado pelo presidente da República que estende o reajuste de 100% do INPC até a faixa de sete salários mínimos.

Mesmo ressaltando desconhecer que medidas serão adotadas, Roberto Campos, com base na exposição feita por Langoni na cerimônia de posse da diretoria da Associação Brasileira de Bancos Comerciais, disse que elas visam a eliminar os "subsídios financiados sob forma inflacionária". Disse que os subsídios são apenas um dos componentes do déficit público, mas, mesmo assim, representam fator de inflação, pois não são financiados por impostos dentro de uma programação orçamentária e, sim, mediante a colocação de títulos públicos via mercado aberto — provocando alta das taxas de juro e nos custos financeiros das empresas — ou pela emissão de papel-moeda. Em ambos os casos, o efeito final é a elevação dos preços.

O ex-ministro do Planejamento apontou ainda, outros fatores res-

ponsáveis pelo déficit público, entre eles "os rombos nos orçamentos das empresas estatais". Como solução, defendeu a correção a longo prazo, que é a desestatização gradual da economia, e uma correção de curto prazo, por meio de cortes nas despesas governamentais, especialmente as de custeio e, se necessário, as de investimento.

SACRIFÍCIO

Outro que também concordou com a desindexação dos salários foi o ex-ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, desde que medida idêntica seja tomada em outros setores, como os ganhos obtidos no mercado financeiro. Segundo ele, os diagnósticos e receitas apresentados por Langoni não divergem das análises feitas por qualquer economista do País, "mas é bom lembrar que a sociedade e a comunidade esperam que esse sacrifício não seja só do lado do assalariado".

Na defesa do assalariado também se alinhou o presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros, Humberto Costa Pinto Júnior, apesar de apoiar "em gênero, número e grau a postura filosófica do presidente Langoni".

No entanto, para o presidente da Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimentos e Financiamento (Adecif), Germano Lira, Langoni "não apresentou medidas, e, sim, intenções, uma vez que não definiu nada, limitando-se a colas genéricas".

Já o ex-presidente do Banco Central, Carlos Brandão, disse que as medidas defendidas por Langoni resolverão os problemas da economia brasileira desde que elas sejam globais e de conhecimento prévio de toda a sociedade. "É importante — afirmou — que elas sejam também anunciadas pelos ministros da área econômica e pelo próprio presidente da República."